

DOCUMENTOS CURRICULARES DE ESCOLAS DE SURDOS: MODOS DE SUBJETIVAÇÃO EM FUNCIONAMENTO

ANA GABRIELA DA SILVA VIEIRA¹; MADALENA KLEIN²

¹*Universidade Federal de Pelotas – ags.21@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – kleinmada@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho intenciona discutir a pesquisa realizada entre os anos de 2018 e 2019, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas – linha de Epistemologias Descoloniais, Educação Transgressora e Práticas de Transformação. A supracitada pesquisa resultou na Dissertação de Mestrado defendida em dezembro de 2019, sob o título “Modos de subjetivação em funcionamento nos discursos curriculares de escolas de surdos: o cidadão de direitos, o indivíduo não incapacitado e o sujeito aluno”.

A referida dissertação estudou os discursos dos currículos de três escolas de surdos do estado do Rio Grande do Sul, analisando, de maneira específica, seus Projetos Político Pedagógicos e Regimentos Escolares. Este estudo visou responder o problema de pesquisa: “que modos de subjetivação estão em funcionamento nos discursos curriculares das escolas de surdos?”. O objetivo geral – “Investigar a construção discursiva dos alunos surdos nos currículos das Escolas Bilíngues para surdos” – desdobrou-se em dois objetivos específicos: a) Identificar que modos de ser sujeito surdo estão sendo referenciados como norma pelos documentos curriculares das escolas de surdos no RS; e b) Problematizar as relações de poder/saber que instituem discursos verdadeiros sobre o aluno surdo.

Para desenvolver essa pesquisa, houve uma aproximação com as teorias pós-críticas do currículo, bem como com o pensamento do filósofo Michel Foucault, que deu base ao referencial teórico e metodológico. Para além disso, a construção da teoria de pesquisa se deu, também, em diálogo com autores como Hanna Arendt (1989) e Gilles Lipovetsky (2018).

Os surdos são um dos grupos que FOUCAULT (2002) cita, no curso “Os Anormais” como parte dos indivíduos incorrigíveis, mas que, segundo o pensamento moderno, deveriam ser alvo de tecnologias de normalização. Desta forma, na história da Educação de Surdos, por muitas décadas vigorou a proposta oralista – abordada por autores como QUADROS (1997), SKLIAR (2016), LUNARDI (1998), WITCHS (2018) e muitos outros – que visava ensinar o aluno surdo a oralizar e a realizar leitura labial, para aproximar-se do sujeito ouvinte. Assim, compreendendo que os surdos, na Modernidade, teriam sido subjetivados por mecanismos do poder disciplinar, que visaria normalizá-los a partir de uma verdade ouvintista, ou seja, uma verdade que toma o modelo ouvinte como norma, nos propomos a pensar que outras normas e modos de subjetivação estão funcionando da atualidade, nos currículos das Escolas Bilíngues para surdos.

Para tanto, mobilizamos os conceitos de poder e de discurso das teorizações foucautianas, compreendendo que, através dos discursos, agem tecnologias de poder, que fabricam modos de ser surdo. Assim, FOUCAULT (2015) aponta que o discurso faz parte dos elementos que operam no interior dos mecanismos de poder, de forma que o autor considera o discurso enquanto série

de acontecimentos aos quais o poder está vinculado. No pensamento foucaultiano, cabe ressaltar, o poder não é algo que se possui, mas algo que funciona nas relações e faz circular discursos de verdade (FOUCAULT, 2010).

Deste modo, na referida pesquisa, olhou-se para essas relações de poder nas instâncias das três escolas de surdos estudadas, pensando os discursos de verdade sobre os alunos surdos que seus documentos curriculares fazem reverberar.

2. METODOLOGIA

Para atender aos objetivos da pesquisa, analisou-se os discursos dos Regimentos Escolares e Projetos Político Pedagógicos de três escolas de surdos, aqui tomadas como Escola A, Escola B e Escola C – que são, respectivamente, uma escola municipal, uma escola estadual e uma escola particular/filantrópica. A metodologia de Análise do Discurso empregada para o estudo dos documentos que constituíram a materialidade da pesquisa está pautada nos procedimentos explicitados em “A Arqueologia do Saber”.

Nesta obra, FOUCAULT (1972) se propõe a descrever acontecimentos discursivos, a partir da emergência dos enunciados que, em conjunto, constituem os discursos. Ao buscar compreender o que é o enunciado, o autor o afasta das ideias de estrutura ou de unidade lógica ou linguística, para comprehendê-lo como uma função de existência que irá permitir e possibilitar diferentes atos de linguagem.

Compreendendo que a materialidade dos enunciados é repetível (FOUCAULT, 1972), diferente do que ocorre com as enunciações, a pesquisa buscou, nas enunciações dos documentos das escolas de surdos, o funcionamento de alguns enunciados que teriam possibilitado que tais unidades linguísticas existissem no texto dos Regimentos Escolares e Projetos Político Pedagógicos. Encontrou-se, nesse sentido, três enunciados em funcionamento, através dos quais estariam operando modos distintos (mas não excludentes) de subjetivação dos alunos surdos. São esses enunciados que serão abordados a seguir.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro enunciado encontrado foi denominado como enunciado do “surdo como cidadão de direitos” (VIEIRA, 2019). Trata-se de uma concepção do sujeito surdo enquanto alguém que é cidadão e, portanto, tem direitos que são não apenas direitos humanos, mas também direitos de uma pessoa com deficiência e direitos de uma minoria linguístico-cultural – uma comunidade que adotaria uma língua específica, a Língua Brasileira de Sinais, e que compartilharia uma cultura específica, a cultura surda.

Os discursos atrelados aos direitos humanos – e até os que tratam dos direitos das pessoas com deficiência e das minorias linguísticas e culturais – transitam em documentos de caráter mundial, e também nas legislações e políticas públicas nacionais. De formas mais locais, constituem, também, os currículos das escolas estudadas.

Neste sentido, nos documentos da Escola A encontra-se que o aluno deve “tornar-se um cidadão respeitado pela sua diferença e atuante na sociedade”, e considera-se que todos os estudantes têm determinados direitos, como os de “serem respeitados em sua individualidade”, “terem assegurados todos os direitos como ser humano” e “serem tratado com igualdade, sem discriminação”.

(ESCOLA A, 2017). De forma semelhante, a Escola B (2008) afirma ter por finalidade que o aluno possa buscar “sua identidade voltada para a prática da cidadania, com atitude de respeito e valorização à diversidade”, tornando-se habilitado para “exercer seus direitos de cidadão na sociedade”.

O segundo enunciado foi chamado de enunciado do “surdo não incapacitado” (VIEIRA, 2019). Trata-se de uma subjetivação da pessoa surda não como um sendo um indivíduo verdadeiramente capacitado, como seriam os ouvintes, mas enquanto indivíduo que supera as próprias incapacitações e consegue se comunicar, se inserir no mercado de trabalho e se apropriar dos saberes científico-tecnológicos que circulam no ambiente da escola.

Assim, a Escola A (2017) coloca: “Desejamos uma sociedade onde os estudantes surdos tenham oportunidade de se preparar para a vida sem a barreira da comunicação”, além de afirmar que intenciona preparar os alunos “para um futuro melhor, enfatizando também seu próprio esforço e responsabilidade para que conquiste seu espaço no mercado de trabalho”. Em direção semelhante, a Escola B (2013) diz querer “preparar os alunos para o domínio de recursos científicos e tecnológicos que os ajude em suas vivências para o trabalho”.

Por fim, encontrou-se em funcionamento, também, o dito enunciado do “surdo enquanto um sujeito-aluno” (VIEIRA, 2019), que trataria de uma subjetivação do surdo enquanto aluno de uma instituição educacional que, ao mesmo tempo em que ainda faz operar algumas tecnologias do poder disciplinar – de correção, hierarquia, docilização dos corpos, como trata FOUCAULT (1991) em Vigiar e Punir – também está atravessada de uma concepção construtivista de escola, que entende o aluno como construtor do conhecimento e que vê um papel transformador na educação.

A exemplo disso, a Escola C (2005) coloca que é vedado aos alunos: “entrar e sair das aulas sem a permissão do professor”; “desrespeitar as instruções disciplinares e deixar de cumprir seus encargos escolares”; “ausentar-se da Escola durante as atividades curriculares, sem a licença do diretor ou de seu responsável legal”; e “praticar jogos de azar, ingerir ou distribuir tóxicos e bebidas alcoólicas e fumar no recinto escolar”, além de defender, também, que é preciso “desenvolver no aluno o senso crítico, dando-lhe condições de tornar-se sujeito ativo” e pauta a necessidade de metodologias que “estimulem a construção do conhecimento”. A Escola B (2013) explicita que “é imperativo que os alunos surdos recebam uma educação compatível com suas necessidades e anseios, a fim de que possam interagir com a realidade em que vivem, possibilitando-os serem agentes de transformação”.

4. CONCLUSÕES

A partir dos três enunciados explicitados no tópico anterior, a referida pesquisa encontrou três modos de subjetivação que estão operando nos discursos dos currículos das escolas de surdos estudadas. Estes três modos de subjetivação são imperativos na produção de modos de ser surdo que é um cidadão de direitos, que é um indivíduo não incapacitado e que é, também, um sujeito-aluno de uma escola que, ao mesmo tempo em que faz perdurar características de uma instituição disciplinar, assume outras características mais atuais, atreladas à construção do conhecimento pelo aluno e ao indivíduo como agente de transformação social.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDT, H. **As Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ESCOLA A. **Projeto Político Pedagógico**. Rio Grande do Sul, 2017.
- ESCOLA A. **Regimento Escolar**. Rio Grande do Sul, 2017.
- ESCOLA B. **Projeto Pedagógico**. Rio Grande do Sul, 2013.
- ESCOLA B. **Regimento Escolar**. Rio Grande do Sul, 2008.
- ESCOLA C. **Projeto Político Pedagógico**. Rio Grande do Sul, 2010.
- ESCOLA C. **Regimento Escolar**. Rio Grande do Sul, 2005
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FOUCAULT, M. **Os Anormais: curso no Collège de France (1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos, volume IV: estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- LIPOVETSKY, G. **Os tempos Hipermodernos**. Lisboa: Edições 70, 2018.
- LUNARDI, M.L. Cartografando Estudos Surdos: Curriculo e Relações de Poder. In: Skliar, C. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.
- VIEIRA, A.G.S. **Modos de subjetivação em funcionamento nos discursos curriculares de escolas de surdos: o cidadão de direitos, o indivíduo não incapacitado e o sujeito aluno**. 2019. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas.
- WITCHS, P. H. **Governamento linguístico em educação de surdos: práticas de profução do Surdus mundi no século XX**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio Sinos.